



Carta aberta dos parceiros do 'Vision Europe Summit' sobre a crise dos refugiados na Europa e a necessidade de agir agora

A crise dos refugiados: Um apelo à ação em toda a Europa

Os líderes europeus têm de implementar soluções comuns em toda a Europa para a crise dos refugiados. Só soluções conjuntas poderão reduzir de forma credível e eficaz o sofrimento humano cada vez maior e a turbulência social e política.

A crise dos refugiados representa um sério desafio, tanto para o bem-estar dos refugiados como para as sociedades europeias. Em 2015, mais de 1,5 milhões de migrantes entraram na União Europeia. Da Itália à Polónia e da Grécia à Alemanha, os países enfrentam desafios imensos para responderem aos pedidos de ajuda humanitária, asilo e integração. Os desafios de integração associados em termos de habitação, língua, trabalho e assistência social são já enormes. A incapacidade de os gerir adequadamente implicará graves ameaças para a coesão social e a estabilidade política.

Os países europeus tiveram já tempo suficiente para analisar e avaliar os desafios de longa duração que levaram à crise atual. É chegada a altura de agir – não individualmente e à custa dos outros, mas em conjunto, num espírito de solidariedade europeia. É por isso que em 2016 o 'Vision Europe' – uma parceria entre sete grandes *think tanks* e fundações europeias – vai concentrar os seus esforços no desenvolvimento de soluções práticas para a atual crise dos refugiados e para as suas causas profundas. Nós, os sete signatários, escrevendo a título individual, consideramos que é urgente uma abordagem europeia comum, para complementar os esforços locais e nacionais.

Atualmente não existe consenso entre os Estados membros sobre a forma de responder à crise, nem sobre os objetivos a atingir ou os métodos a utilizar. Mas agora as divergências quanto à substância têm de ser superadas. Com base nas discussões em curso, propomos uma agenda abrangente a nível da UE, com cinco grandes dimensões.

Em primeiro lugar, é importante controlar as fronteiras externas da UE, de modo a que apenas refugiados fugindo da guerra e de perseguições, os quais têm o direito legítimo de requerer asilo, possam entrar e potencialmente permanecer na UE. A natureza porosa das fronteiras externas da UE levou a uma perda inaceitável de controlo, aos olhos de muitos cidadãos europeus, e tem suscitado falsas esperanças para os migrantes irregulares que tentam entrar na União. O controlo das fronteiras do espaço Schengen deve ser um esforço coletivo da UE e de todos os Estados-Membros, coordenado por instituições europeias com pessoal profissional e com a prestação de apoio financeiro aos Estados-Membros na periferia da UE. Recuperar o controlo das fronteiras externas da UE é essencial para que as fronteiras internas possam permanecer abertas.



Em segundo lugar, para além de implementar a já acordada recolocação de 160.000 refugiados da Grécia e da Itália, a UE deve desenvolver um sistema que permita distribuir um número muito maior de refugiados por toda a União, diretamente a partir dos *hotspots* na UE e nos países vizinhos, como a Turquia, a Jordânia ou o Líbano. Os Estados-Membros que não estiverem dispostos a acolher refugiados poderão optar para fazer uma contribuição essencialmente financeira para o sistema. Deverá ser criado um Fundo de Solidariedade para os Migrantes para gerir este sistema de compensações. Os esforços da Turquia para reduzir as travessias no Mar Egeu devem ser acompanhados pela disponibilidade dos Estados-Membros da UE para acolher refugiados de uma forma organizada. As conclusões do Conselho Europeu a esse respeito parecem ir na direção certa.

A terceira medida deverá ser melhorar, padronizar e acelerar os processos de resposta aos pedidos de asilo. Quanto mais cedo os refugiados souberem se podem ficar, mais energia poderá ser investida na sua integração nas sociedades dos países de acolhimento e nos reagrupamentos familiares. Quanto mais cedo for tomada uma decisão, mais justo e viável será fazer regressar aqueles cujos pedidos foram recusados no pleno respeito pelo direito internacional e pelos direitos humanos. E os membros da UE não se podem dar ao luxo de ter uma grande diversidade de padrões para a concessão do estatuto de asilo. De acordo com o direito internacional, não pode estabelecer-se um limite para o número de pessoas elegíveis para requerer asilo.

Como uma quarta medida, recomendamos que sejam alargados os esforços ao nível da UE para melhorar as condições de vida dos refugiados que ficam em países próximos dos seus países de origem. Muitos refugiados querem voltar para as suas casas assim que a situação ficar de novo segura e não devem ser levados a iniciar uma viagem perigosa para a União Europeia somente por causa de condições insuportáveis nos países onde estão atualmente abrigados.

Por último, mas não menos importante, a UE e os seus Estados-Membros devem trabalhar vigorosamente para acabar com os conflitos violentos que são as principais causas da crise. Em particular, a Europa tem de investir fortemente no processo de paz na Síria. A UE deve também aumentar a ambição e os recursos da sua Política de Vizinhança, procurando ajudar a estabilizar a região e melhorar as condições de vida e as oportunidades económicas nos seus vizinhos do sul.

São também necessárias ações a nível nacional, especialmente nos países da UE onde os números significativos de refugiados receberam, ou deverão vir a receber, asilo. A distribuição dos refugiados pelos municípios e regiões deverá ser justa e deverá contar com os apoios e recursos adequados a nível nacional, com particular ênfase na educação e no ensino da língua. O reconhecimento das competências profissionais e o apoio para aceder ao mercado de trabalho devem estar disponíveis logo desde o início. É preciso que haja um diálogo entre os refugiados e as sociedades de acolhimento respetivas. Deve ficar claro que o respeito pelos direitos humanos, pelos valores democráticos e pelas normas culturais é indispensável para uma estada prolongada em qualquer país europeu de acolhimento.



Oriundos de sete países europeus, com diferentes políticas e abordagens nacionais à crise dos refugiados, as fundações e de *think tanks* do 'Vision Europe' estão a trabalhar em conjunto para promover novas ideias, enquadrar um debate informado e enfatizar os benefícios de soluções europeias comuns para os problemas de âmbito europeu. A Europa é suficientemente forte para lidar com os desafios das migrações, mas só se os líderes políticos agirem agora, agirem com responsabilidade e usarem os recursos que têm à sua disposição, incluindo o apoio às organizações da sociedade civil que trabalham nesta área. Não devemos deixar o espaço público à mercê de populistas e nacionalistas, vendedores de falsas promessas. Só uma solução que seja Europeia será viável e sustentável.

Aart de Geus

Presidente e *Chief Executive Officer*, Bertelsmann Stiftung, Alemanha

Artur Santos Silva

Presidente, Fundação Calouste Gulbenkian, Portugal

Guntram Wolff

Diretor, Bruegel, Bélgica

Mikko Kosonen

Presidente, Finnish Innovation Fund, Sitra, Finlândia

Piero Gastaldo

Secretário-Geral, Compagnia di San Paolo, Itália

Robin Niblett

Diretor, Chatham House, Reino Unido

Yves Bertoncini

Diretor, Jacques Delors Institute, França